

Assembleia Geral da Ordem dos Advogados

28 de novembro de 2025 · Assembleia Geral

João Massano

Bastonário da Ordem dos Advogados

Muito boa tarde a todos.

Agradeço-vos por terem trocado o sol que está lá fora pela nossa sala, pelo nosso Salão Nobre.

É uma honra receber-vos aqui.

Como tenho afirmado desde o início, queremos ter cada vez mais Advogados neste Salão Nobre, porque esta é a casa de todos.

Pedi para usar da palavra, como também já vem sendo habitual, essencialmente para explicar as linhas gerais deste orçamento.

Este orçamento representa, naturalmente, a concretização do nosso programa.

Porquê?

Porque contempla investimentos significativos na área informática, numa política efetiva de proximidade e na área da saúde mental.

Em breve — diria que ainda antes do final do ano — será anunciada uma linha nacional de apoio e atendimento na área da saúde mental, concretizando uma das promessas que assumimos.

Entretanto, tivemos o clássico toque de telemóvel. É um clássico nestas reuniões.

Nas reuniões do Conselho Regional de Lisboa, era normalmente o Dr. Manuel Ferrador que tinha o telemóvel sempre a interromper. Agora, pelos vistos, temos um novo candidato ao lugar.

Mas regressando à saúde mental: este serviço será brevemente anunciado e terá dimensão nacional.

Para nós, a proximidade não é apenas uma palavra.

Aquilo que está refletido neste orçamento, nomeadamente na área das comemorações do Centenário, demonstra a preocupação deste Conselho Geral em estar próximo de todos os Advogados e em levar a Ordem, juntamente com os Conselhos Regionais, a todo o território.

O Centenário será um momento único nas nossas vidas — a não ser que alguém esteja convencido de que viverá mais de cem anos e continuará a exercer Advocacia durante todo esse período.

Não teremos tão cedo outra ocasião com esta dimensão.

As comemorações do Centenário serão, por isso, uma expressão clara da nossa política de proximidade.

Como sabem — ou, caso não saibam, ficam agora a saber — o Centenário não será comemorado apenas em Lisboa ou no Porto.

Naturalmente, haverá celebrações em Lisboa e no Porto, mas existirão igualmente iniciativas em todos os Conselhos Regionais.

Cada Conselho Regional terá, pelo menos, um evento organizado em conjunto com o Conselho Geral, com dimensão simultaneamente nacional e regional.

Foi uma promessa que assumimos durante a campanha e esperamos concretizá-la ao longo do próximo ano.

Estamos perante uma ocasião única para afirmar a Advocacia na sociedade portuguesa.

Não teremos outra oportunidade semelhante tão depressa e não podemos desperdiçá-la.

Vivemos um momento crítico para a sociedade portuguesa e para a Justiça.

A Ordem dos Advogados não pode ficar alheia a essa realidade.

Tem de defender a sua classe.

Tem de defender a Advocacia.

Entendemos que uma comemoração digna do Centenário é essencial para defender a dignidade e a credibilidade da Advocacia, que precisam de ser reforçadas e valorizadas.

Foi muito comentado o valor inscrito no orçamento para as comemorações.

Importa esclarecer que não estamos a falar de um único evento.

Estamos a falar de sete eventos, distribuídos pelos diferentes Conselhos Regionais.

Sublinho novamente: não se trata de uma única iniciativa.

Uma das decisões tomadas hoje no nosso plenário foi a de que o Conselho Geral se empenhará diretamente em todos estes eventos.

Haverá membros do Conselho Geral a acompanhar a Comissão do Centenário, procurando identificar as necessidades existentes e garantir que a comunicação entre o Conselho Geral e a Comissão decorre da melhor forma possível.

Reconhecemos que, por vezes, numa estrutura como a nossa, a comunicação interna nem sempre funciona da melhor maneira.

Por isso, iremos reforçá-la.

O Conselho Geral assumirá também a responsabilidade de garantir que a informação circula adequadamente, evitando que se repitam lapsos que, infelizmente, ocorreram no passado.

Quando falamos da dignidade e do orgulho de ser Advogado, existe outro vetor essencial: a disciplina e a deontologia.

Para este Conselho Geral, é fundamental que a deontologia funcione e que a disciplina seja uma realidade efetiva.

Queremos manter, como temos vindo a fazer, reuniões regulares com os Conselhos de Deontologia, procurando garantir que o sistema disciplinar da Ordem dos Advogados funciona adequadamente e deixa de ser alvo das notícias menos elogiosas que, nos últimos tempos, têm surgido nos jornais portugueses.

Assumiremos também a necessidade de modernizar o sistema, não apenas do ponto de vista da digitalização, mas igualmente no que respeita ao formalismo dos procedimentos.

Face às preocupações que nos têm sido transmitidas por todos os Conselhos de Deontologia, sem exceção, parece-nos essencial proceder a uma revisão do formalismo atualmente existente.

O modelo atual tem sido frequentemente acusado de corporativismo.

Essa perceção tem prejudicado a Ordem e foi inclusivamente utilizada como argumento para justificar alterações ao Estatuto da Ordem dos Advogados.

Por isso, iremos promover, juntamente com os Conselhos de Deontologia, uma proposta de revisão dos procedimentos, para que possa ser analisada e, esperamos, implementada com a maior brevidade possível.

Estamos numa fase decisiva.

Dessa transformação fazem parte as ferramentas de inteligência artificial, as novas plataformas digitais e todos os benefícios que queremos disponibilizar aos Advogados.

Já falei da saúde mental, mas não ficaremos por aí.

O objetivo não é aproximar a Advocacia do futuro, porque o presente já exige essa mudança.

Queremos levar a todos os Advogados ferramentas de inteligência artificial adequadas ao exercício da profissão.

Neste momento, muitas vezes, as opções parecem resumir-se à utilização do ChatGPT, com todos os erros e alucinações que ainda pode apresentar, ou a uma atitude de rejeição completa da inteligência artificial.

Essa rejeição é, provavelmente, a pior opção possível.

A inteligência artificial já existe, está entre nós e não vai desaparecer.

Também as plataformas de comunicação com os institutos públicos que temos vindo a defender — nomeadamente com a AIMA e com o IRN — são essenciais e implicarão investimento.

Não existe alternativa.

Não há outra forma de avançar.

Estamos igualmente a trabalhar para que, em janeiro, seja uma realidade a plataforma dos documentos particulares autenticados.

Como sabem, a Ordem dos Advogados tem competência para determinar a existência de um arquivo centralizado dos documentos particulares autenticados.

Mas entendemos que, além dessa centralização digital, deve também tornar-se obrigatório o arquivo físico dos originais.

Esta é, quanto a nós, uma das grandes lacunas que atualmente existem relativamente aos documentos particulares autenticados: ninguém sabe, muitas vezes, onde se encontram os originais.

Esta é uma prioridade.

Se perguntarmos aos Advogados que elaboram documentos particulares autenticados quantos mantêm regularmente um arquivo físico devidamente organizado, receio que a resposta possa não ser a melhor para todos nós.

É precisamente isso que temos de evitar, antes que ocorra um problema grave.

O nosso investimento pretende também reforçar a credibilidade dos documentos particulares autenticados, e a plataforma será um passo essencial nesse sentido.

Recordo-me de que, há alguns anos, num dos meus primeiros discursos enquanto candidato ao Conselho Regional de Lisboa, num almoço de campanha bastante agradável, comparei os Advogados e a Ordem dos Advogados ao Sporting.

É curioso estar aqui hoje e ver a Dra. Mariana Santos, que se recordará certamente desse momento.

Na altura, fiz essa comparação porque o Sporting não ganhava nada.

Cinco anos depois, as circunstâncias mudaram radicalmente e já não posso dizer que temos de deixar de ser “lamechas” como o Sporting era nessa época.

Talvez tenha agora de escolher outro clube como exemplo daquilo que não devemos ser.

O essencial é deixarmos de nos resignar, começarmos a acreditar em nós próprios e devolvermos o sonho aos Advogados.

Não pretendo ser lírico nem assumir o papel de filósofo, mas garanto-vos uma coisa: as pessoas precisam de acreditar em alguma coisa.

E, neste momento, duas das maiores preocupações dos Advogados são a dignidade e a credibilidade da profissão.

Essa será uma batalha que todos teremos de travar.

Vivemos numa época em que praticamente todos pretendem praticar atos jurídicos.

Das consultoras aos bloggers e aos youtubers, toda a gente quer ser jurista e dar conselhos sobre Direito.

Isto acontece, ainda por cima, num momento em que a consulta jurídica deixou de integrar o núcleo dos atos exclusivos dos Advogados e em que tentam empurrar-nos para os tribunais, como se a nossa atividade se resumisse ao patrocínio forense.

O pior que podemos fazer é aceitar essa redução da nossa profissão.

Uma das nossas principais lutas será, por isso, a promoção da consulta jurídica através de medidas concretas, nomeadamente campanhas publicitárias de âmbito nacional.

A consulta jurídica tem de voltar a ser prestada, maioritariamente, por Advogados.

Temos de devolver às pessoas um selo de confiança relativamente a este serviço.

Essa confiança depende também do trabalho que esperamos desenvolver com os Conselhos de Deontologia e com o apoio dos Conselhos Regionais.

Quem comete infrações disciplinares graves, nomeadamente apropriando-se de dinheiro dos clientes, não pode continuar a exercer.

Deixar passar um prazo é algo que, infelizmente, pode acontecer a qualquer profissional.

Ficar com o dinheiro dos clientes não.

Não podemos permitir que existam pessoas que se apropriem do dinheiro dos clientes e continuem a exercer normalmente.

Por isso, uma das nossas prioridades é combater estas práticas, colaborando com os Conselhos Regionais e com os Conselhos de Deontologia.

Precisamos de conter e prevenir estas situações e tornar as decisões mais céleres, para que ninguém continue a exercer depois de ter praticado atos desta gravidade.

O orçamento será agora apresentado pelo Senhor Advogado Tesoureiro.

Posso garantir-vos que este orçamento, que começou a ser preparado depois de maio, ainda não reflete tudo aquilo que gostaríamos de concretizar.

Mas já inclui a concretização das principais promessas que assumimos durante a campanha eleitoral.

O próximo orçamento, se tudo correr bem, refletirá de forma ainda mais clara aquilo que esperamos que venham a ser este Conselho Geral e esta Ordem dos Advogados.

Uma Ordem que tem, objetivamente, muitas despesas, mas que terá também, esperamos, novas fontes de receita, que anunciaremos em breve.

Muito obrigado.

Passo agora a palavra ao Dr. André.